

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2021-05-07

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Espírito-Santo, A. & Lisi, M. (2015). Quem representam e a quem obedecem: atitudes dos deputados portugueses antes e depois da crise. In André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (Ed.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*. (pp. 429-445). Lisboa: Assembleia da República.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Espírito-Santo, A. & Lisi, M. (2015). Quem representam e a quem obedecem: atitudes dos deputados portugueses antes e depois da crise. In André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (Ed.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*. (pp. 429-445). Lisboa: Assembleia da República.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Quem representam e a quem obedecem: atitudes dos deputados portugueses antes e depois da crise

Ana Espírito-Santo (ISCTE e ICS-UL)
Marco Lisi (FCSH-UNL)

Introdução

A relação entre deputados e eleitores em Portugal tem sido interpretada como um caso exemplar do funcionamento do “modelo de partido responsável”, em que os partidos apresentam diferentes propostas programáticas e os deputados são eleitos com o mandato de cumprir as orientações dos respectivos partidos, salvaguardando a disciplina partidária e a coesão dos grupos parlamentares (Schattschneider, 1942; Converse e Pierce, 1986). Embora este modelo apresente limitações teóricas e empíricas (Leston-Bandeira, 2009; Brack et al., 2012), é certo que a interpretação do mandato parlamentar por parte dos deputados portugueses parece privilegiar os interesses da população em geral, por um lado, e a obediência aos partidos, por outro. A proibição do mandato imperativo previsto pela Constituição (art. 155), o sistema eleitoral proporcional com listas fechadas, assim como o monopólio - *de jure* e de facto - dos partidos na apresentação das candidaturas para as eleições legislativas e a centralização do recrutamento são elementos que contribuem para privilegiar um tipo de representação “colectiva” em que os interesses do país e do próprio partido prevalecem sobre os interesses de cada círculo.

Terá esta visão da representação política sofrido alterações com a emergência da crise económica e do resgate financeiro pedido pelo governo socialista, liderado por José Sócrates, em 2011? Responder a esta questão constitui o principal objectivo deste estudo. Para o atingir, utilizamos dados resultantes de dois inquéritos aos deputados realizados antes e depois da crise (2008 e 2012-2013, respectivamente).

As democracias europeias mais sensíveis aos efeitos das turbulências económicas globais, emergidas a partir de 2008 – sobretudo na Europa do Sul – parecem manifestar algumas mudanças significativas no que diz respeito ao funcionamento dos sistemas políticos. Embora seja ainda cedo para fazer uma avaliação das consequências últimas deste

fenómeno, é já possível detectar algumas mudanças interessantes. Em primeiro lugar, na maioria dos países afectados pela crise económica, os ciclos eleitorais tornaram-se mais curtos e tem-se assistido a uma maior responsabilização dos incumbentes, a uma volatilidade crescente e à emergência de novos actores e novas formas de mobilização (Bosco e Verney, 2012; Kriesi, 2012). Em segundo lugar, o aumento da desconfiança em relação aos partidos e à elite política tem sido acompanhado por reivindicações relativas à mudança do sistema político através de canais alternativos de representação política (Ponticelli e Voth, 2011)¹. Finalmente, os estudos existentes sobre alguns dos países que sofreram uma intervenção externa (Grécia e Portugal) indicam que as atitudes dos deputados mudaram mais do que as dos eleitores, quer no que diz respeito aos temas sócio-económicos quer em relação aos temas culturais e aos valores (Freire et al., 2014; Teperoglou et al., 2014).

Os efeitos da crise económica têm sido analisados sobretudo a nível dos resultados eleitorais e das novas formas de participação dentro da sociedade civil. No entanto, a análise dos efeitos da crise económica em termos de representação política é ainda incipiente e escassa, quer do ponto de vista teórico quer empírico. Um dos aspectos importantes relativos às consequências da crise económica refere-se à percepção que os representantes têm do seu próprio papel. Este estudo centra-se nas atitudes dos deputados em relação ao papel de deputado ou à função de representação. Em particular, iremos concentrar a atenção em duas dimensões específicas da representação: o foco, ou seja quais os interesses defendidos pelos eleitos (*quem representam*), e o estilo da representação, baseado nos critérios que orientam a sua acção (*a quem obedecem*). Em geral, as teorias explicativas sobre a percepção dos deputados do seu próprio papel baseiam-se nos factores institucionais, na cultura política, na socialização ou nos interesses dos actores. Contudo, estes estudos têm negligenciado o impacto exercido pelo contexto, sobretudo quando há mudanças significativas nos valores que orientam a sociedade e nas prioridades dos cidadãos (Searing, 1994). Uma situação de grande incerteza e fortes incentivos para alterações do *status quo*, como a que se proporcionou durante a “grande recessão”, parece um cenário ideal para examinar a relação entre a visão dos eleitos da representação e o contexto externo.

¹ Segundo os dados do Eurobarómetro, a média da confiança nos partidos na Europa do Sul (Espanha, Grécia, Itália e Portugal) era de 23,5% em 2008, descendo para uma média de apenas 8,5% em Maio de 2012.

O objectivo deste estudo é, pois, analisar as mudanças nas atitudes dos deputados em relação ao foco e ao estilo da representação política antes e depois da crise económica, em Portugal. A escolha deste caso resulta particularmente interessante não só porque Portugal é um dos países mais afectados pela crise económica, mas também porque tem apresentado um quadro institucional estável e um sistema partidário inalterado. É esta estabilidade institucional que nos permite relacionar possíveis alterações que encontremos nas atitudes dos deputados com a conjuntura económica, sem qualquer pretensão de identificar um impacto claro da mesma – propositadamente falamos de *relação* e não de *impacto*. Para analisar um possível *impacto* necessitaríamos de um desenho de pesquisa muito mais complexo do que aquele de que dispomos.

Este capítulo estrutura-se em sete secções. A secção seguinte examina a literatura relativa ao foco e ao estilo da representação política e refere os mais relevantes estudos sobre o caso português. A terceira secção apresenta as principais expectativas deste estudo relativamente às atitudes dos deputados face à representação política antes e após a crise. Na quarta parte apresenta-se o modelo multivariado testado neste estudo, que tem o intuito de averiguar se ocorreram ou não alterações entre os dois momentos temporais analisados. As duas secções seguintes são dedicadas à análise de dados, a primeira ao foco e a segunda ao estilo. Por último, as considerações finais resumem os principais resultados, evidenciando o contributo para os estudos sobre representação política e sugerindo eventuais linhas para futura investigação.

O foco e o estilo da representação política: quadro teórico e caso português

A análise das atitudes dos eleitos é essencial para perceber a função de representação política, em particular o peso que os partidos exercem sobre os deputados e quais os critérios que orientam o seu comportamento. Para examinar as atitudes dos deputados, é útil considerar dois conceitos tão antigos quanto chave na literatura sobre representação política: foco e estilo da representação. Estes conceitos foram referidos pela primeira vez no final dos anos 50 (Eulau et al., 1959; Thomassen, 1991). Enquanto o “foco” se centra na questão de *quem* deve ser representado, o “estilo” refere-se ao *como* a representação deve ser levada a cabo, mais precisamente qual o grau de independência que o representante dever ter nas suas decisões, em relação ao seu partido e eleitores, por

exemplo. A distinção entre os dois conceitos não é totalmente inequívoca mas vários autores argumentam que, em investigação empírica, devem ser mantidos separados (por exemplo Eulau et al., 1959: 745). A mesma prática tem sido seguida na análise comparada, bem como em estudos de casos específicos (Judge, 1999; Teixeira, 2009; Brack et al., 2012; Russo, 2013; Teixeira et al., 2012).

No famoso discurso que o filósofo e membro conservador da Casa dos Comuns do Reino Unido, Edmund Burke, fez em 1774 aos eleitores de Bristol, somente a componente territorial do foco da representação era concebida, compreendendo o foco local (círculo) e o foco nacional. No entanto, estudos empíricos sobre o papel dos representantes são consensuais ao evidenciarem uma variedade de objectos de representação e ao aceitarem o facto destes não serem mutuamente exclusivos (Eulau et al., 1959, Converse e Pierce, 1986). Esta constatação aplica-se, em particular, à generalidade das democracias europeias, dado que a presença de sistemas proporcionais faz com que a representação territorial tenha escassa relevância. Com efeito, enquanto no caso americano quem é representado se encontra normalmente circunscrito pelo círculo eleitoral, no caso europeu o partido emerge como um actor crucial da representação (Wahlke et al., 1962; Converse e Pierce, 1986). A diversidade de objectos de representação inclui uma enorme variedade de grupos sociais, tais como as minorias étnicas, movimentos mono-temáticos ou organizações de interesses (sindicatos, associações empresariais, etc.). Neste sentido, podem-se considerar duas componentes do foco da representação. Uma primeira dimensão baseada nos interesses sectoriais, enquanto uma outra vertente se refere à dimensão territorial (Judge, 1999).

Os estudos empíricos realizados sobre Portugal indicam que a maioria dos deputados inquiridos defende a representação dos interesses de toda a população acima dos interesses partidários ou dos círculos em que são eleitos (Teixeira, 2009: 93; Teixeira et al., 2012: 103). Este facto prende-se não apenas com a norma estabelecida pela Constituição Portuguesa, que recusa explicitamente a possibilidade do mandato imperativo, mas também com o elevado grau de centralização do recrutamento dos candidatos, com a parcial excepção do PSD que apresenta um nível de descentralização relativamente maior (Teixeira, 2009; Freire e Teixeira, 2011).

O “estilo” da representação refere-se, como já referido, ao grau de dependência dos deputados face aos seus eleitores e partido. A tipologia clássica, que distingue entre representantes delegados dos partidos (*delegate*) e fiduciários (*trustees*) tem sido alvo de acesos debates teóricos (Pitkin, 1967; Andeweg e Thomassen, 2005; Mansbridge, 2003; 2011; Rehfeld, 2009; 2011). Para além disso, estudos empíricos indicam que esta diferenciação é muitas vezes irrelevante, sobretudo no contexto europeu, onde há uma grande disciplina de voto (Thomassen, 1994: 251-252; Andeweg, 2003; Andeweg e Thomassen, 2005) e onde, por consequência, o estilo delegado do partido prolifera. Em geral, os autores concordam que uma dicotomia é demasiado simplista para dar conta da complexidade da questão mas não chegam a acordo quanto a uma tipologia alternativa.

No estudo do caso português, a classificação de “estilo” utilizada por Teixeira (2009) distingue entre fiduciário, delegados dos eleitores, delegado do partido e o estilo político. O delegado de eleitores interpreta o mandato como um vínculo contratual com o seu “principal”, isto é, os eleitores. Pelo contrário, o mandato partidário baseia-se na disciplina partidária e no respeito das orientações do próprio partido. O fiduciário implica uma acção autónoma por parte dos representantes, que neste caso orientam a sua acção sobretudo segundo as suas convicções e valores. Finalmente, o estilo político baseia-se numa ambivalência de fundo na interpretação do papel dos deputados, que tendem a agir de forma diferente dependendo do contexto e dos temas, oscilando entre a completa independência e os vínculos aos seus principais (eleitores ou partidos).

O estudo de Teixeira (2009) e outros (Brack et al., 2012: 395-396) indicam que, em Portugal, os partidos desempenham um papel central na arena eleitoral e institucional. No entanto, não é claro quais os critérios utilizados pelos deputados para orientar o seu papel como representantes. Com base em dados de candidatos às eleições de 2002, foi revelado que a maioria dos deputados defende um papel de “político”, sendo uma minoria os que se identificam como delegados do partido (apenas 8.6% da amostra, Teixeira, 2009: 95). Contudo, os representantes atribuem uma grande importância à disciplina partidária (Teixeira et al., 2012; Brack et al., 2012). Esta contradição pode ser explicada não apenas pelo conflito entre as normas e a prática seguida pelos representantes, mas também pela dificuldade de encontrar indicadores empíricos válidos que possam captar as tensões e dilemas da função de representação.

Crise económica e atitudes em relação à representação política: principais expectativas

Como referido anteriormente, no caso português, quer o sistema eleitoral quer o tipo de recrutamento têm permanecido inalterados ao longo das últimas décadas. No entanto, como sublinham vários autores (Searing, 1994, Strøm, 1997), os factores institucionais devem ser considerados conjuntamente com as motivações dos actores políticos. Neste sentido, apesar da continuidade do sistema eleitoral e das modalidades de recrutamento, quanto maior é a pressão eleitoral ou as incertezas da competição, maior a importância do contexto e das mudanças da opinião pública. De facto, estudos empíricos sobre os países da Europa do Norte sugerem que as atitudes em relação aos interesses representados, assim como o perfil dos candidatos, estão associadas ao contexto em que se encontram os parlamentares (Narud e Valen, 2000).

Como sublinha Mair (2011), a implementação das políticas de austeridade implica uma maior tensão entre a responsividade (*responsiveness*) e a responsabilização (*accountability*) dos eleitos. Os representantes e decisores políticos devem prestar contas também a actores externos, tornando mais difícil manter o tradicional circuito de delegação de poderes e uma correcta representação de interesses dos cidadãos. Para além disso, a despolitização – ou falta de “alternativas” – da governação torna mais ambígua a relação entre principal e agente, aumentando a necessidade por parte dos eleitos de justificar o critério das suas escolhas. Estas mudanças são passíveis de afectar as atitudes dos representantes em relação à representação política.

No que diz respeito ao foco, é expectável uma maior ênfase na defesa do interesse nacional. Segundo os estudos existentes (Hart e Kindall, 2009), uma resposta comum a todos os países que experimentaram crises económicas foi a de externalizar as responsabilidades, evidenciando os factores exógenos que determinaram a deterioração da situação económica. Deste ponto de vista, um dos efeitos esperados pela emergência da crise económica é uma maior ênfase na defesa do interesse nacional, levando portanto os representantes a dar prioridade à representação da população em geral.

Finalmente, quanto ao estilo, este novo contexto pode estar associado a dois cenários distintos. Por um lado, a emergência da crise pode levar os representantes a um maior fechamento, tentando evitar uma punição dos eleitores através do reforço das suas ligações com os respectivos partidos. Esta atitude estaria associada a um reforço da visão de “delegado do partido”, em detrimento dos interesses dos círculos em que os deputados são eleitos ou de um estilo mais autónomo.

Por outro lado, é possível que se verifique exactamente o contrário, isto é que os representantes sintam necessidade de reforçarem a ligação directa com os seus representados, desvinculando-se assim da disciplina partidária. Perante a implementação de medidas tão impopulares e a crescente contestação social, as normas relativas à função da representação podem levar os deputados a dar uma maior ênfase ao vínculo eleitoral ou a uma maior autonomia dos eleitos².

Os dados e o modelo

Os dados recolhidos no âmbito dos projectos “Os Deputados Portugueses em Perspetiva Comparada: Eleições, Liderança e Representação Política” (Freire et al., 2009) e “Eleições, Liderança e Representação Política em Portugal: uma perspectiva longitudinal e comparada” (Freire et al., 2013) permitem adoptar uma perspectiva diacrónica para analisar a mudança da percepção dos deputados em relação ao foco e ao estilo da representação. No âmbito deste projecto foram conduzidos dois inquéritos aos deputados em 2008 e 2012-2013 (para mais detalhes ver Lima e Serra, capítulo 2 deste volume). Para analisar a mudança das atitudes dos representantes antes e depois da crise, os resultados destes inquéritos foram tanto quanto possível comparados. Após uma análise descritiva do foco e estilo da representação pré e pós-crise, testamos um modelo que inclui os principais factores explicativos das atitudes dos deputados face à representação e uma variável dicotómica para o factor tempo (2008 vs 2012-2013). No caso de a variável “tempo” manter a sua significância, mesmo depois de efectuados os controlos, podemos sugerir que foi a mudança de conjuntura, e não qualquer outro

² A este propósito é interessante considerar que o grupo parlamentar socialista adoptou em 2011 um novo regulamento que estabelece a liberdade de voto dos deputados com excepção de diplomas que ponham em causa a governabilidade do país ou compromissos internacionais.

factor de entre os incluídos no modelo, que provocou a alteração observada nas atitudes dos deputados face à representação.

Vários são os factores apontados na literatura como estando relacionados com as atitudes dos deputados em relação à representação política. Uma primeira explicação baseia-se nos constrangimentos institucionais. Deste ponto de vista, o tipo de sistema eleitoral, o processo de selecção dos candidatos e a dimensão dos círculos são factores que influenciam o foco e o estilo dos representantes (Brack et al., 2012; Pilet et al., 2012). Em Portugal foram observados resultados semelhantes: quanto maior a centralização da selecção dos candidatos e a dimensão dos círculos, maior a tendência para os representantes defenderem os interesses do partido e dos seus eleitores e vice-versa (Brack et al., 2012; Pilet et al., 2012; Teixeira et al., 2012). A relação entre a dimensão dos círculos e o foco da representação emerge também no caso dos candidatos, embora neste caso não se registe uma correlação estatisticamente significativa (Teixeira, 2009: 93)³. Sendo assim, o modelo aqui testado inclui uma variável relativa à dimensão dos círculos. Todos os detalhes sobre a codificação das variáveis podem ser encontrados na tabela em anexo.

Um segundo grupo de factores refere-se à trajectória política e ao papel dos partidos enquanto agentes de socialização. Como o foco e o estilo da representação constituem duas dimensões fundamentais da visão que os eleitos têm do seu papel, estas atitudes estão associadas à socialização, ao processo de aprendizagem política ou seja, à profissionalização (Wahlke et al., 1962). Os estudos demonstram que quando os eleitos concorrem pela primeira vez nas eleições legislativas ou ocupam cargos políticos a nível nacional, tendem a defender mais os interesses dos respectivos partidos em detrimento dos interesses dos círculos ou da população (Teixeira et al., 2012). No entanto, a eleição para cargos a nível local tem efeitos contrários, isto é, aumenta a percepção por parte dos representantes da maior importância dos interesses locais. O modelo aqui testado inclui igualmente variáveis relacionadas com a trajectória política em duas dimensões. A primeira dimensão pretende cobrir os cargos políticos que a pessoa já desempenhou, isto é a sua antiguidade na vida política, medida através do número de anos que o deputado desempenhou cargos políticos locais e nacionais. A segunda dimensão centra-se no

³ Estes resultados foram obtidos através de um inquérito aos candidatos para as eleições de 2002.

partido, pelo que observamos variáveis como os anos de filiação no partido e o número de anos de exercício de cargos partidários a nível local ou nacional.

Ainda relativamente à trajectória política é importante salientar que alguns estudos ligaram as atitudes dos representantes em relação à representação às motivações pessoais e aos interesses dos parlamentares, partindo de uma abordagem mais “racional” (Saalfeld e Müller, 1997, Strøm, 1997). Esta abordagem também revelou frutos na investigação empírica em Portugal. Com efeito, as motivações relacionadas com a re-eleição ou as ambições políticas são fundamentais para interpretar as orientações dos deputados nesta matéria (Pilet et al., 2012; Teixeira et al., 2012). Optámos por não incluir nenhuma variável no modelo que meça directamente estas questões porque as mesmas têm taxas de não-resposta excessivamente altas (reduzem o n para metade).

Finalmente, um terceiro grupo de factores refere-se aos partidos propriamente ditos. Cada organização partidária distingue-se por traços específicos em termos de relações horizontais (dentro da elite dirigente) e verticais (entre elite dirigente e as bases). Este aspecto está associado não apenas ao legado da cultura organizativa dos partidos, mas também ao tipo de funcionamento (mais ou menos centralizado) e às diferentes estratégias eleitorais (por exemplo, entre partidos de governo e partidos de oposição). Estudos empíricos confirmam a existência de diferenças substanciais entre partidos no que diz respeito às atitudes dos representantes (Méndez-Lago e Martínez 2002; Teixeira et al. 2012). Sendo assim, incluímos no modelo variáveis que indicam a filiação partidária dos deputados.

Atitudes dos deputados: Foco da representação

Ambos os inquéritos (2008 e 2012-2013) dispõem de uma pergunta que permite perceber claramente as atitudes dos deputados face ao foco da representação. Utilizando uma escala de 5 valores (1 – discorda totalmente até 5 – concorda totalmente) foi-lhes pedido que dissessem se concordam ou discordam que um deputado representa sobretudo o seu distrito/região, os seus eleitores, a população e o seu partido. A tabela 1 apresenta a percentagem de deputados que concorda ou concorda totalmente que um deputado deve sobretudo representar cada uma dessas categorias.

Tabela 1: O foco da representação segundo a opinião dos deputados, 2008 e 2012-13 (percentagem)⁴.

	Distrito ou região	Eleitores	População em geral	Partido
2008 (<i>n</i> =143)	66	83	88	85
2012-13 (<i>n</i> =123)	44	61	88	46

Notas:

1) A formulação da pergunta sobre o foco da representação é a seguinte: “Para cada uma das seguintes afirmações diga-nos, por favor, o seu grau de concordância ou de discordância: a) *Um(a) deputado(a) representa sobretudo o seu distrito/região.* b) *Um(a) deputado(a) representa sobretudo os seus eleitores.* c) *Um(a) deputado(a) representa sobretudo a população em geral,* d) *Um(a) deputado(a) representa sobretudo o seu partido.* Ver escala original desta variável na tabela em anexo.

2) As percentagens visíveis nesta tabela referem-se a um somatório dos que “concordam” com os que “concordam totalmente”. As percentagens devem ser lidas da seguinte forma: 66% dos deputados de 2008 concordam que um deputado representa sobretudo o seu distrito/região.

3) Foram realizados qui-quadrados comparando as frequências de 2008 com as de 2012-13, utilizando as variáveis originais (1-5).

Distrito: Pearson qui2(4) = 13.0628 Pr = 0.011

Eleitores: Pearson qui2(4) = 20.6008 Pr = 0.000

População: Pearson qui2(4) = 2.2510 Pr = 0.690

Partido: Pearson qui2(4) = 47.6928 Pr = 0.000

À semelhança de estudos anteriores (Teixeira, 2009: 93; Teixeira et al., 2012: 103), a esmagadora maioria dos deputados portugueses considera que representa sobretudo a população em geral (cerca de 88%)⁵, não se observando qualquer alteração entre 2008 e 2012-13 (ver notas por baixo da tabela 1). No entanto, a nossa expectativa de observar um maior foco na população encontra uma confirmação indirecta devido à diminuição, entre 2008 e 2012-13, da percentagem de deputados que se sente representante das outras categorias (distrito, eleitores e partido). A diferença mais acentuada observa-se relativamente ao partido: enquanto em 2008, 85% dos inquiridos concordava que um deputado representa sobretudo o seu partido, essa opinião só é partilhada por cerca de metade da amostra em 2012-13 (46%).

A tabela 2 apresenta os resultados de uma regressão linear onde o modelo previamente descrito é testado para explicar cada uma das quatro categorias de foco da representação: distrito ou região, eleitores, população em geral e partido. O primeiro resultado que merece destaque é relativo ao impacto da variável “tempo” sobre o foco da

⁴ O cálculo dos dados desta e de todas as restantes tabelas deste capítulo foi feito tendo os ponderadores para 2008 e 2012-13 activos, respectivamente *Weight2_2009* e *Weight2_2012*.

⁵ É interessante evidenciar que esta percentagem é substancialmente superior aos resultados obtidos para o caso espanhol, onde apenas 42% (dados relativos a 1997) defende a representação de toda a população (Méndez-Lago e Martínez, 2002). Por outro lado, há uma percentagem substancial de deputados que dá prioridade aos interesses da região.

representação, no sentido de uma diminuição (estatisticamente significativa) da representação do distrito, dos eleitores ou do partido. Embora a percentagem de ênfase na representação da população se mantenha inalterada, a prioridade atribuída aos interesses dos eleitores, distrito e partido reduziu de forma significativa em 2012-13. Tal como referimos a propósito da tabela 1, essa diferença é particularmente relevante no caso da representação partidária, onde o coeficiente quase atinge a unidade (0.83). Ou seja, mantendo constantes todas as variáveis incluídas no modelo, os deputados de 2012-13 apresentam uma média de concordância com a representação dos interesses do partido, numa escala de 1 a 5, 0.83 unidades inferior à média dos deputados de 2008. Os coeficientes para eleitores e distrito são ligeiramente menores, respectivamente 0.67 e 0.61.

Quanto aos controlos, observamos sem surpresas, a importância da magnitude dos círculos: deputados eleitos através de círculos mais pequenos tendem a concordar mais com a representação prioritária do seu distrito, enquanto que os que foram eleitos por círculos de maiores dimensões optam significativamente mais por representar a população em geral. Esta conclusão vai no mesmo sentido de resultados anteriores (Brack et al., 2012; Pilet et al., 2012).

Outra conclusão a retirar é a importância da trajectória política. Quanto à dimensão “antiguidade política”, o exercício de cargos nacionais parece estar associado a uma maior independência do deputado face ao partido, contradizendo resultados anteriores onde se observou que detentores de cargos políticos a nível nacional tendem a defender mais os interesses dos respectivos partidos, em detrimento dos interesses dos círculos ou da população (Teixeira et al., 2012). A confirmarem-se os nossos resultados, estes sugerem que os políticos mais antigos não sentem tanta necessidade de representarem o seu partido, possivelmente por a sua posição no interior do mesmo ser prestigiada e, logo, segura. No entanto, cargos partidários a nível nacional parecem estar associados, segundo os nossos dados, a uma ênfase menor na representação dos interesses da população. Não conseguimos encontrar uma explicação para este resultado e admitimos que seja espúrio. As mulheres tendem a defender mais os interesses da totalidade da população do que os homens.

Outra consideração interessante é que as atitudes dos deputados face à representação não se distinguem, em geral, em função do seu partido político. A única excepção ocorre relativamente à representação prioritária do partido, onde todos os partidos se destacam pela menor consideração dos interesses do partido, em comparação com a categoria de referência (CDU). Este aspecto prende-se não apenas com as características organizacionais do partido – nomeadamente a forte centralização, sobretudo na elaboração das listas –, mas também pelo carácter ideológico da filiação e pela forte disciplina partidária.

Tabela 2: Determinantes do foco da representação. Deputados, 2008 e 2012-13 (regressão linear)⁶.

	Distrito ou região	Eleitores	População em geral	Partido
Tempo (1=2012-13)	-.61*** (.17)	-.67*** (.16)	n.s.	-.83*** (.13)
Dimensão do círculo	-.28*** (.08)	n.s.	.19*** (.06)	n.s.
Anos de filiação partidária	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Anos em cargos partidários (local)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Anos em cargos partidários (nacional)	n.s.	n.s.	-.02* (.009)	n.s.
Anos em cargos electivos (local)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Anos em cargos electivos (nacional)	n.s.	n.s.	n.s.	-.02** (.008)
BE (categoria de referência: CDU)	n.s.	n.s.	n.s.	-1.10*** (.38)
PSD (idem)	n.s.	n.s.	n.s.	-.90*** (.23)
CDS-PP (idem)	n.s.	n.s.	n.s.	-.76*** (.25)
PS (idem)	n.s.	n.s.	n.s.	-.76*** (.20)
Outro (idem)	n.s.	n.s.	n.s.	-1.20*** (.37)
Género (1=mulher)	n.s.	n.s.	.26** (.13)	n.s.
Idade	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Nível de educação	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Localismo (1=mora no círculo)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Constante	3.91*** (.68)	4.23*** (.58)	3.73*** (.52)	5.29*** (.53)

⁶ Testámos a multicolineariedade do modelo e não parece haver problema de maior, já que o valor mais alto de FIV observado é 4.71.

N (válido)	(225)	(226)	(225)	(224)
R ²	0.24	0.15	0.12	0.25

Notas:

- 1) Por uma questão de economia de espaço optou-se por só apresentar os resultados significativos. Os valores dentro das células são coeficientes de regressão, entre parênteses os erros-padrão robustos;
- 2) As variáveis dependentes têm uma escala que vai de 1= totalmente em desacordo até 5=totalmente de acordo (ver na tabela 1 a formulação completa das perguntas e na tabela em anexo as codificações de todas as variáveis);
- 3) *p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01.

Atitudes dos deputados: Estilo da representação

Um outro grupo de perguntas permite examinar o estilo da representação e ver o peso relativo dos três intervenientes mais directos no processo de representação política: os eleitores, o partido e o próprio deputado. Estes indicadores apontam, respectivamente, para o estilo delegado dos eleitores, delegado de partido e fiduciário. Seguimos, pois, a classificação proposta por Teixeira (2009), à qual excluímos a categoria “político”, por não dispormos de nenhum indicador apropriado para a examinar.

Tabela 3: O estilo da representação segundo a opinião dos deputados, 2008 e 2012-13 (percentagem)⁷.

	Delegado de partido (vs delegado de eleitores)	Fiduciário (vs delegado de eleitores)	Delegado de partido (vs fiduciário)
2008 (n≈120)	59	68	45
2012-13 (n≈100)	57	78	33

Notas:

1) Os dados referem-se à seguinte pergunta: “De que modo deve um(a) deputado(a) votar no parlamento em cada uma das seguintes situações (âmbito ideal): 1) *Se os eleitores do seu círculo eleitoral tivessem uma opinião e o seu partido tomar outra posição?*; 2) *Se a sua opinião sobre um assunto não coincidissem com a opinião dos eleitores do seu círculo eleitoral?*; 3) *Se a sua opinião sobre um assunto não coincidissem com a posição tomada pelo seu partido?*”.

2) As percentagens devem ser lidas da seguinte forma: 59% dos deputados de 2008 concordam que um deputado deve votar conforme o partido e não conforme os seus eleitores.

3) Foram realizados qui-quadrados comparando as frequências de 2008 com as de 2012-13, mas nenhum dos resultados é significativo:

Delegado de partido (vs delegado de eleitores): Pearson qui2(1) = 0.0561 Pr = 0.813

Fiduciário (vs delegado de eleitores): Pearson qui2(1) = 1.4962 Pr = 0.221

Delegado de partido (vs fiduciário): Pearson qui2(1) = 1.2832 Pr = 0.257

⁷ Uma vez que as variáveis analisadas nesta tabela não são mutuamente exclusivas, calculámos a correlação que existe entre elas. Consta-se que a correlação é positiva e fraca entre a primeira frase e segunda (coeficiente de Pearson r=0.1) e entre a primeira e a terceira (r=0.2); e é negativa e igualmente fraca entre a segunda e a terceira (r=-0.2).

A primeira conclusão a retirar é que os deputados dão sobretudo importância à sua própria opinião (estilo fiduciário, tabela 3). A seguir à opinião do próprio, aquela que mais conta é a do partido, confirmando a importância que os representantes atribuem à disciplina partidária (Teixeira et al., 2012; Brack et al., 2012)⁸. Só num terceiro momento surge a opinião dos eleitores. Para além disso, entre 2008 e 2012-13, não se observam diferenças acentuadas em nenhum dos estilos. Verifica-se que a relevância da própria opinião aumentou ligeiramente mas não de forma significativa (ver notas por baixo da tabela 3).

Tabela 4: Determinantes do estilo da representação. Deputados, 2008 e 2012-13 (regressão logística).

	Delegado de partido (vs delegado de eleitores)	Fiduciário (vs delegado de eleitores)	Delegado de partido (vs fiduciário)
Tempo (1=2012-13)	n.s.	n.s.	-1.19* (.46)
Dimensão do círculo	.46** (.21)	n.s.	-.35* (.21)
Anos de filiação partidária	n.s.	n.s.	n.s.
Anos em cargos partidários (local)	n.s.	-.04** (.02)	n.s.
Anos em cargos partidários (nacional)	n.s.	n.s.	n.s.
Anos em cargos electivos (local)	n.s.	n.s.	n.s.
Anos em cargos electivos (nacional)	n.s.	n.s.	n.s.
BE (categoria de referência: CDU)	-17.30*** (1.16)	n.s.	omisso
PSD (idem)	-15.85*** (.62)	n.s.	-3.11*** (1.01)
CDS-PP (idem)	-15.16*** (.79)	n.s.	-2.13** (1.03)
PS (idem)	-15.86*** (.54)	n.s.	-3.65*** (.97)
Outro (idem)	-17.07*** (.94)	n.s.	-3.87*** (1.23)
Género (1=mulher)	n.s.	n.s.	n.s.
Idade	n.s.	n.s.	n.s.
Nível de educação	n.s.	n.s.	n.s.
Localismo (1=mora no círculo)	n.s.	n.s.	n.s.
Constante	14.63*** (1.42)	3.75*** (1.78)	3.25*** (1.62)
N (válido)	(178)	(193)	(183)

⁸ No caso espanhol, cerca de 30% dos eleitos concorda com adopção de uma rígida disciplina partidária, independentemente do tema (Méndez-Lago e Martínez, 2002) .

Pseudo-R ²	0.13	0.11	0.15
-----------------------	------	------	------

Notas:

1) Por uma questão de economia de espaço optou-se por só apresentar os resultados significativos. Os valores dentro das células são coeficientes de regressão logística, entre parênteses os erros-padrão robustos;
 2) As variáveis dependentes são dicotômicas (ver na tabela 3 a formulação completa das perguntas e na tabela em anexo as codificações de todas as variáveis).

3) * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

Repetimos para o estilo de representação, a análise multivariada realizada para o foco com o mesmo objectivo, isto é examinar até que ponto, depois de controlados os principais factores que explicam as atitudes quanto ao estilo, o factor tempo se mantém ou não significativo. Os principais resultados obtidos (tabela 4) estão em concordância com o que observámos em relação ao foco, no sentido em que, em geral, se assiste a uma tendência para a diminuição do peso do partido no pós-crise, pelo menos quando visto em contraponto com o peso da própria opinião (terceira coluna da tabela 4). Em 2008, um deputado com as características típicas (ver nota por baixo da tabela 5) tem 36% de probabilidade prevista de se assumir como delegado do partido (vs fiduciário), enquanto em 2012-13 esse valor é de apenas 21%. No entanto, os intervalos de confiança associados a estas probabilidades não são mutuamente exclusivos o que indicia a possibilidade dessas probabilidades não serem, na realidade, significativamente diferentes. Por outras palavras, pode-se falar de uma tendência para a diminuição do estilo delegado do partido no pós-crise, mas esta não é muito acentuada – tal como haviam sugerido os valores da tabela 3.

Quanto às variáveis de controlo, a tabela 4 revela que a dimensão dos círculos pode funcionar a favor ou contra o estilo delegado do partido: a favor se a outra opção for seguir a opinião dos eleitores e contra se a contrapartida for a opinião do deputado. Por outras palavras, círculos pequenos pesam a favor dos eleitores, enquanto que representantes de círculos de grandes dimensões tendem a privilegiar a sua opinião (em detrimento do partido). Este resultado é interessante porque indica que a dimensão dos círculos não tem um impacto independente sobre a disciplina partidária, mas pode afectar (de forma negativa) as relações entre representantes e os respectivos eleitores.

A opinião dos eleitores também é preterida em relação à do próprio deputado pelos representantes que não desempenham cargos partidários locais, confirmando a relação entre o partidarismo local e a ênfase no foco da representação dos eleitores já observada

(Teixeira et al., 2012). Para além disso, verifica-se sem surpresas que os representantes da generalidade dos partidos tende menos a ser delegado do partido do que os representantes da CDU (categoria de referência). Quanto ao estilo fiduciário (vs delegado do eleitor), os partidos não se distinguem entre si.

Tabela 5 - Probabilidades previstas para o estilo delegado de partido (vs fiduciário) para 2008 e 2012-13.

	%	Intervalo de confiança (95%)	
		Margem inferior	Margem superior
2008	36	22	53
2012-13	21	10	38

Nota: Estas probabilidades foram calculadas tendo por base o deputado típico, isto é, os valores escolhidos para cada variável referem-se à sua média (ou à moda) na amostra: eleito em Lisboa ou Porto, com 21 anos de filiação partidária, com 17 anos de exercício de cargos partidários locais e 8 nacionais; com 10 anos de desempenho de cargos políticos locais e 7 nacionais, com 54 anos de idade, do sexo masculino, com grau universitário completo, que mora no seu círculo eleitoral.

Conclusões

A forma como os deputados interpretam a sua acção e a percepção que têm dos interesses que defendem são aspectos fundamentais do funcionamento das democracias representativas e da ligação entre os cidadãos e a elite política. Este estudo teve como objectivo principal examinar a mudança das atitudes dos eleitos em relação à representação política antes e depois da crise económica, utilizando dois inquéritos aos deputados realizados respectivamente em 2008 e em 2012-2013. O facto de a crise económica ser um fenómeno recente e de não haver uma tendência clara nas mudanças que têm afectado os sistemas políticos, levou-nos a considerar diferentes cenários. Enquanto em relação ao foco da representação, colocámos a hipótese de os interesses da população serem mais importantes depois da crise, no caso do estilo havia hipóteses contrastantes que podiam levar a uma maior ênfase do estilo “delegado do partido” ou, alternativamente, a uma maior importância da figura do “fiduciário”. Em geral, os resultados obtidos sugerem que há uma substancial continuidade nas atitudes dos deputados em relação ao foco e ao estilo da representação entre 2008 e 2012-13. Apesar disso, regista-se uma mudança significativa quanto ao foco: depois da assinatura do memorandum da Troika, os representantes tendem a focar-se menos nos interesses do

partido (do distrito e dos eleitores), mantendo a sua atenção concentrada nos problemas gerais que afectam a população, confirmando as nossas expectativas. Relativamente ao estilo, a única alteração é em relação ao delegado de partido, cuja presença diminui, observando-se, pois, o segundo cenário projectado.

A conclusão mais consistente deste estudo refere-se, pois, à tendência para a diminuição do peso do partido nas atitudes dos deputados no pós-crise, tanto relativamente ao foco (dentro da representação imperativa foi a representação partidária aquela que mais perdeu adeptos), como em relação ao estilo (embora com menos intensidade do que a alteração observada para foco). O facto de os partidos estarem desacreditados junto da população e a necessidade de implementar as medidas negociadas com os credores internacionais projecta inevitavelmente maiores constrangimentos sobre a relação entre deputados e os respectivos partidos. A interpretação que os representantes fazem do seu papel depois de 2012-13 parece ir no sentido de minar o governo de partidos e a responsabilização dos eleitos por parte do eleitorado.

Os traços de maior descontinuidade nas atitudes dos representantes emergem em relação ao foco da representação. De facto, em 2012-13, há uma menor proporção de eleitos que defende a representação do seu distrito, dos seus eleitores ou do partido, ou seja, uma visão “restrita” da representação. Em contrapartida, a defesa dos interesses da população em geral mantém os valores altos que se observavam já em 2008. Apesar de ser difícil conhecer os mecanismos que estão por trás deste fenómeno, este resultado pode estar, por um lado, associado a um sentimento de solidariedade e unidade nacional por consequência da crise e, por outro, a uma maior pressão social sobre os representantes. Num contexto adverso, é possível que evidenciar uma preocupação especial com os que lhe são politicamente mais próximos não seja socialmente aceite, sobretudo tendo em conta que as medidas de austeridade têm efeitos sobre a generalidade da população.

Em geral, a análise empírica diacrónica das atitudes dos eleitos revela a prevalência da dimensão nacional em relação aos incentivos locais. É clara, no caso português, a hierarquia que se estabelece entre os incentivos estruturais e os factores de nível inferior, tais como as raízes locais dos deputados ou o exercício de cargos a nível local. Contudo, o estudo também evidencia diferenças entre os partidos, nomeadamente entre a CDU e os restantes partidos, assistindo-se a uma maior valorização do “delegado do partido”

pelos eleitos da coligação entre comunistas e verdes. Mas esta distinção é uma diferença estrutural e não está relacionada com a mudança das atitudes depois da intervenção externa. Neste sentido, os resultados desmentem claramente o cenário relativo ao reforço da ligação entre eleitos e partidos.

O quadro global destes resultados indica que a emergência da crise não parece ter afectado de forma substancial as atitudes dos representantes. É verdade que houve algumas (ligeiras) transformações das atitudes dos eleitos em relação à representação política, mas as continuidades parecem prevalecer sobre as mudanças. Dois argumentos podem explicar este fenómeno. O primeiro relaciona-se com o peso dos incentivos institucionais, nomeadamente o sistema eleitoral e o tipo de recrutamento. Como evidenciado na parte teórica deste trabalho, estes dois factores são cruciais para determinar as atitudes dos representantes em relação ao foco e estilo da representação. Os resultados deste estudo indicam que, apesar da mudança do contexto, estes elementos continuam a ser fundamentais. O segundo factor importante de continuidade refere-se à profissionalização do papel dos deputados. A carreira parlamentar, o tipo de recursos disponíveis para os deputados e o próprio funcionamento da instituição parlamentar parecem ser factores que incentivam a continuidade das atitudes dos representantes. Deste ponto de vista, este estudo deve ser interpretado como uma primeira tentativa na análise longitudinal das atitudes dos representantes. Apenas uma perspectiva mais abrangente poderá elucidar a interacção entre os factores institucionais e o contexto em que os deputados agem.

Referências bibliográficas

Andeweg, Rudy B. (2003), "Beyond Representativeness? Trends in Political Representation", *European Review*, 11 (2), pp. 147-61.

Andeweg, Rudy, e Jacques Thomassen (2005), "Modes of Political Representation: Toward a New Typology", *Legislative Studies Quarterly*, 30 (4), pp. 507-528.

Bosco, Anna, e Susannah Verney (2012), "Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe, 2010–11", *South European Society & Politics*, 17 (2), pp. 129-54.

Brack, Nathalie, Olivier Costa, e Conceição Pequito Teixeira (2012), "Attitudes Towards the Focus and Style of Representation among Belgian, French and Portuguese Parliamentarians", *Representation*, 48 (4), pp. 387-402.

Converse, Philip e Pierce, Roy (1986), *Political Representation in France*, Cambridge, Harvard University Press.

Eulau, Heinz, John C. Wahlke, William Buchanan, e Leroy C. Ferguson (1959), "The Role of the Representative: Some Empirical Observations on the Theory of Edmund Burke", *American Political Science Review*, 53 (3), pp. 742-56.

Freire, André, e Conceição Pequito Teixeira (2011), "A escolha antes da escolha: a seleção dos candidatos a deputados - Parte II: teoria e prática", *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, 2 (Setembro), pp. 31-48.

Freire, André, José Manuel Leite Viegas e Ana Belchior (coords.) (2009), "Inquérito aos deputados – Legislativas de 2009 – Base de Dados", construída no âmbito do projecto "Os Deputados Portugueses em Perspectiva Comparada: Eleições, Liderança e Representação Política (PTDC/CPO/64469/2006), 2008-2010, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL.

Freire, André, José Manuel Leite Viegas e Ana Belchior (coords.) (2013), "Inquérito aos deputados – Legislativas de 2011 – Base de Dados", construída no âmbito do projecto "Eleições, Liderança e Representação Política: uma Perspectiva Longitudinal e Comparativa (PTDC/CPO/119307/2010), 2011-2013, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL.

Freire, André, Emmanouil Tsatsanis e Lima, Inês (2014), "Crise económica, mudança de valores e representação política: um teste quase-experimental da teoria da "representação a partir de cima" em Portugal", em André Freire, José Manuel Leite Viegas e Marco Lisi (orgs.), *Crise económica, políticas de austeridade e representação política*, Lisboa, Edições da AR.

Katz, Richard S., e Bernhard Wessels orgs. (1999), *The European Parliament, the National Parliaments and the European Integration*, Oxford, Oxford University Press.

Kriesi, Hanspeter (2012), "The Political Consequences of the Financial and Economic Crisis in Europe: Electoral Punishment and Popular Protest", *Swiss Political Science Review*, 18 (4), pp. 518–22.

Judge, David (1999), *Representation: Theory and Practice in Britain*, Londres, Routledge.

Leston-Bandeira, Cristina (2009), "Dissent in a Party-Based Parliament", *Party Politics*, 15 (6), pp. 695-713.

Mair, Peter (2011), "Bini Smaghi VS. The Parties: Representative Government and Institutional Constraints", *EUI working papers* (<http://hdl.handle.net/1814/16354>).

Mansbridge, Jane (2003), "Rethinking Representation", *American Political Science Review*, 97 (4), pp. 515-28.

Mansbridge, Jane (2011), "Clarifying the Concept of Representation", *American Political Science Review*, 105 (3), pp. 621-630.

Méndez-Lago, Mónica, e Antonia Martínez (2002), "Political Representation in Spain: An Empirical Analysis of the Perception of Citizens and MPs", *The Journal of Legislative Studies*, 8 (1), pp. 63-90.

Narud, Hanne Marthe, e Henry Valen (2000), "Does Background Matter?", em P. Esaiasson e K. Heidar (orgs.), *From Westminster to Congress and Beyond. The Nordic Experience*, Columbus, Ohio State University Press.

Pilet, Jean-Benoit, André Freire, e Olivier Costa (2012), "Ballot Structure, District Magnitude and Constituency-Oriented MPs in Proportional Representation and Majority Electoral Systems", *Representation*, 48 (4), pp. 359-72.

Pitkin, Hanna F. (1967), *The Concept of Representation*, Berkeley, University of California Press.

Ponticelli, Jacopo e Voth, Hans-Joachim (2011), "Austerity and Anarchy: Budget Cuts and Social Unrest in Europe, 1919-2008", <http://ssrn.com/abstract=1899287> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1899287>

Rehfeld, Andrew (2009), "Representation Rethought: On Trustees, Delegates, and Gyroscopes in the Study of Political Representation and Democracy", *American Political Science Review*, 103 (2), pp. 214-230.

Rehfeld, Andrew (2011), "The Concepts of Representation", *American Political Science Review*, 105 (3), pp. 631-641.

Russo, Federico (2013), *Gli Onorevoli*, Bolonha, Il Mulino.

Saalfeld, Thomas, e Wolfgang C. Müller orgs. (1997), *Members of Parliament in Western Europe. Roles and Behaviour*, Londres, Frank Cass.

Searing, D. D. (1994), *Westminster's World. Understanding Political Roles*, Cambridge, Cambridge University Press.

Schattschneider, Elmer Eric (1942), *Party Government*, Nova Iorque, Greenwood Press Reprint.

Strom, Kaare (1997), "Rules, reasons and routines: Legislative roles in parliamentary democracies", *Journal of Legislative Studies*, 3 (1), pp. 155-74.

Teixeira, Maria da Conceição Pequito (2009), *Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar*, Coimbra, Almedina.

Teixeira, Conceição Pequito, André Freire, e Ana Maria Belchior (2012), "Parliamentary representation in Portugal: deputies' focus and style of representation", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 11 (2), pp. 99-117.

Teperoglou, Efthija, André Freire e Ioannis Andreadis (2014), "Elites' and Voters' attitudes towards austerity policies and their consequences in Greece and Portugal", in André Freire, José Manuel Leite Viegas e Marco Lisi (orgs.), *Crise económica, políticas de austeridade e representação política*, Lisboa, Edições da AR.

Thomassen, Jacques (1991), "Empirical Research into Political Representation. A Critical Reappraisal", em H.-D. Klingemann, Stoss e B. Wessels, *Politische Klasse und politische Institutionen: Probleme und Perspektiven der Elitenforschung*, Westdeutscher Verlag, Opladen, Duitsland, pp. 259-274.

Thomassen, Jacques (1994), "Empirical research into political representation: failing democracy or failing models?", em M. Kent Jennings e T.E. Mann (orgs.), *Elections at Home and Abroad, Essays in Honor of Warren Miller*, Michigan University Press, Ann Arbor, pp. 237-265.

van Biezen, Ingrid, Peter Mair, e Thomas Poguntke (2011), "Going, Going,.....Gone? Party Membership in the 21st Century", *European Journal of Political Research*, 51 (1), pp. 24-56.

Wahlke, J. C., Heinz Eulau, C. Ferguson, e W. Buchanam (1962) *The Legislative System. Explorations in Legislative Behavior*, Nova Iorque, Wiley.

Apêndice: codificação das variáveis

<i>Variáveis dependentes</i>	<i>Operacionalização</i>
<p>Foco da representação: <i>Um deputado representa sobretudo:</i> - O seu distrito - Os seus eleitores - A população em geral - O seu partido</p>	<p>1 – discorda totalmente 2 – discorda 3 – nem concorda nem discorda 4 – concorda 5 – concorda totalmente</p>
<p>Estilo da representação: <i>Em caso de discordância:</i> - Deputado deve votar de acordo com partido (em vez de eleitores) - Deputado deve votar de acordo com sua opinião (em vez de eleitores) - Deputado deve votar de acordo com partido (em vez da sua opinião)</p>	<p>0 – discorda 1 – concorda</p>
<i>Variáveis independentes</i>	
a) Institucionais	
- Dimensão do círculo	<p>0 – pequenos (1 a 4) 1 – médios (5 a 10) 2 – grandes (11 a 20) 3 – Lisboa e Porto</p>
b) Trajectória política	
<i>Partidária</i>	
- Anos de filiação partidária	Variável discreta
- Anos em cargos partidários (local)	Variável discreta ⁹ Nota: inclui cargos locais, distritais e regionais.
- Anos em cargos partidários (nacional)	Variável discreta
<i>Antiguidade</i>	
- Anos em cargos electivos (local)	Variável discreta Nota: inclui Presidente da Câmara, membro de um executivo autárquico, de um governo regional, de uma assembleia municipal ou de freguesia e de uma assembleia regional.
- Anos em cargos electivos (nacional)	Variável discreta Nota: inclui membro de um governo nacional, do Parlamento Nacional e do

⁹ No questionário foi perguntado o número de anos que desempenhou cada um dos cargos. Não temos informação sobre se os cargos foram realizados em simultâneo ou não. O índice consiste num somatório do número de anos que cada pessoa desempenhou cada cargo. O mesmo se aplica a todas as variáveis que se referem a número de anos.

	Parlamento Europeu.
- BE - CDS - PS - PSD - Outro	0=não filiado no partido 1=filiado no partido (categoria de referência: CDU)
d) Controlos básicos	
- Género (1=mulher)	0 – masculino 1 – feminino
- Idade	Variável discreta
- Nível de educação	0 – ensino secundário completo ou incompleto 1 – licenciatura incompleta 2 – licenciatura completa
- Localismo (1=mora no círculo)	0 = não 1 = sim
- Tempo (1=2012-13)	0 = 2008 1 = 2012-13